



# CARTA MAIOR E VEJA: ILS NE SONT PAS CHARLIE HEBDO

---

Marília Manfredi Gasparovic

---

GASPAROVIC, Marília M. *Carta Maior e Veja: Ils ne sont pas Charlie Hebdo*.  
In: **Revista Advérbio**, 2015, V.10, N. 20, p. 45-63.

**RESUMO:** Este trabalho objetiva, à luz da Análise do Discurso, identificar o posicionamento das revistas *Veja* e *Carta Maior*, em duas colunas opinativas, em relação ao atentado ao periódico satírico francês *Charlie Hebdo*, ocorrido no início de 2015, bem como os efeitos de sentidos gerados por elas. Para tanto, serão utilizados os conceitos de formação discursiva, forma-sujeito e silenciamento, com base nos estudos de autores como Pêcheux (2009), Orlandi (1987) e Maingueneau (2001). Além disso, considerações sobre noticiabilidade, Jornalismo Opinativo e Jornalismo de Revista, para que haja maior compreensão sobre o *corpus* escolhido, serão desenvolvidas partindo de teóricos como Scalzo (2003), Melo (2003) e Benetti (2008). O ataque à revista francesa, causado pelas publicações consideradas provocativas pelos muçulmanos, teve repercussão mundial e incitou ainda mais o debate sobre assuntos historicamente polêmicos como religião e liberdade de imprensa. Dessa forma, por buscar compreender como se deu a construção discursiva no que tange às causas do ataque, em dois veículos de comunicação com posições ideológicas distintas, e dar abertura a novas discussões sobre a temática, faz-se relevante este trabalho.

**PALAVRAS-CHAVE:** Caso *Charlie Hebdo*; Análise do Discurso; Jornalismo Opinativo; Jornalismo de Revista.

**ABSTRACT:** This paper aims, in the light of the Discourse Analysis theory, to identify, by examining two opinionative columns, *Veja's* and *Carta Maior's* alignment to the attack to the satiric French periodical *Charlie Hebdo*, occurred in January 2015, as well as the sense effects caused by them. In order to do so, the concepts of discursive formation, form-subject and silencing will be used, based on the studies by authors such as Pêcheux (2009), Orlandi (1987) and Maingueneau (2001). Also, considerations regarding newsworthiness, Opinionative Journalism and Magazine Journalism will be developed, based on theoreticians like Scalzo (2003), Melo (2003) and Benetti (2008), so that there is a better comprehension regarding the chosen corpus. The attack to the French magazine, caused by its publications which are considered provocative by the muslims, had worldwide repercussion and raised historically controversial issues such as religion and press freedom. Thereby, this paper is made relevant for its attempt to understand how the discursive building, regarding the causes of the attack, was developed in two media vehicles with very distinct ideological positions, as well as to open new discussions on the subject.

**KEY-WORDS:** *Charlie Hebdo*; Discourse Analysis; Opinionative Journalism; Magazine Journalism.

## 1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A revista francesa *Charlie Hebdo*, publicada semanalmente, surgiu na década de 1970. É um periódico satírico, de esquerda<sup>1</sup>, que, por meio de caricaturas, piadas e artigos, tece críticas de cunho político, cultural, econômico e religioso. Parte das publicações é direcionada a criticar a

---

<sup>1</sup>Entende-se *esquerda política* como posicionamento que favorece o controle estatal da economia e a interferência ativa do governo em todos os setores da vida social e que visa à igualdade social.

extrema-direita<sup>2</sup> e as mais diversas religiões, especialmente o catolicismo, o islamismo e o judaísmo.

Por conta de publicações consideradas ofensivas pelos muçulmanos, o semanário foi alvo de processo judicial em 2006 e de ataques com bombas em 2011 e 2012, fatos que repercutiram em proteção policial para os jornalistas envolvidos. Apesar disso, a revista não deixou de seguir a linha editorial e continuou a publicar charges e caricaturas provocativas. Em 7 de janeiro de 2015, um atentado ao periódico, ocasionado por causa das publicações, deixou 12 mortos, sendo dez jornalistas e dois policiais. O fato repercutiu em todo o mundo e deixou a França em estado de choque.

Historicamente, religião e imigração estão relacionadas à polêmica, uma vez que ao longo do tempo foram causa e alvo de ataques, de censura, de violência física e moral. A intolerância, tanto por parte dos religiosos e imigrantes quanto por parte dos contrários a eles, faz-se presente no convívio diário da população e nos discursos disseminados. As publicações da revista *Charlie Hebdo* e o atentado em resposta a elas são exemplos recentes dessa realidade complexa e delicada. Dessa forma, o estudo do tema, com ênfase em sua repercussão na mídia brasileira, faz-se pertinente.

No Brasil, a notícia foi divulgada pelos mais diversos veículos de comunicação. Contudo, cada um deles teve um posicionamento distinto a respeito do assunto: alguns defenderam a liberdade de expressão do semanário *Charlie Hebdo* enquanto outros frisaram que, mesmo não justificando de forma alguma um ataque terrorista, os cartunistas não tinham o direito de usar a imagem do profeta Maomé da forma como o fizeram. A revista *Veja* e a revista eletrônica *Carta Maior* são exemplos de posições distintas quanto à polêmica em questão.

A *Veja* é uma revista semanal, fundada em 1968, publicada pela Editora Abril às quartas-feiras. Aborda principalmente política, economia e cultura, tanto a nível nacional, quanto global, mas abre espaço à tecnologia, ciência, ecologia e religião. Com mais de um milhão de cópias impressas semanalmente, é a revista brasileira de maior circulação. A linha editorial do periódico é de tendência neoliberal, doutrina que defende a não participação do estado na economia e compartilha os valores político-econômicos do capitalismo. Além de reportagens publicadas na versão impressa, colunistas da *Veja*, como o jornalista Ricardo Setti, comentaram no portal *online* da revista o atentado contra o semanário francês.

Já a *Carta Maior* é uma publicação eletrônica, de orientação voltada à esquerda, que foi fundada em 2001, em Porto Alegre, juntamente com a primeira edição do Fórum Social Mundial. Os principais objetivos da revista são contribuir para o desenvolvimento da democratização da

---

<sup>2</sup>Entende-se *direita política* como posicionamento que favorece a liberdade de mercado, defende os direitos individuais e apresenta tendências de hierarquização social.

mídia e do Estado brasileiro, bem como lutar pelo fortalecimento da integração sul-americana. Especializada em temas como direitos humanos, meio ambiente, política, economia e movimentos sociais, o portal conta com mais de 40 colunistas. Entre eles, está o teólogo Leonardo Boff, que publicou um artigo escrito pelo jornalista Rafo Saldanha em seu espaço no portal da *Carta Maior*.

Os colunistas Ricardo Setti e Rafo Saldanha (por meio do blog de Leonardo Boff) apresentam posicionamentos distintos ao tratarem do ataque em Paris em suas publicações. Nesse sentido, este trabalho irá analisar como são construídos ambos os textos, por meio da Análise do Discurso de linha francesa (doravante, AD), especialmente pelo uso dos conceitos Formação Discursiva (doravante, FD), Silenciamento e Forma-Sujeito, com base em Pêcheux (2009), Orlandi (1987) e Maingueneau (2001). Além disso, serão mobilizados autores como Pena (2008), Traquina (2008) e Scalzo (2003), para dar base à reflexão sobre jornalismo, bem como a presença de personagens nas produções jornalísticas.

Para tanto, foram escolhidos como *corpus* três sequências discursivas (SDs) de cada uma das colunas. Objetiva-se, assim, compreender quais as relações existentes entre a construção textual/discursiva das publicações e as FDs tanto dos colunistas quanto dos veículos de comunicação em questão.

## 2 NOTICIABILIDADE E OPINIÃO EM REVISTA

O jornalismo, por trabalhar com fatos, exige critérios que determinam o que deve e o que não deve ser publicado. A esses critérios, dá-se o nome de critérios de noticiabilidade ou valores-notícia. Traquina (2008, p. 63) entende critérios de noticiabilidade como

[...] o conjunto de critérios e operações que fornece a aptidão de merecer um tratamento jornalístico, isto é, possuir valor como notícia. Assim, os critérios de noticiabilidade são o conjunto de valores-notícia que determinam se um acontecimento, ou assunto, é susceptível de se tornar notícia, isto é, de ser julgado como merecedor de ser transformado em matéria noticiável e, por isso, possuindo 'valor-notícia'.

Contudo, o jornalista, ao fazer parte de um veículo de comunicação, assume para si, no exercício da profissão, crenças, interesses e ideologias que permeiam a empresa jornalística. Por mais que busque a imparcialidade, o jornalista é atravessado, inconsciente e ideologicamente, por valores que incorpora ao longo de suas experiências, transportando-os para suas produções enquanto profissional, desde a escolha dos fatos que merecem tornar-se notícia até a publicação de seus textos. Nesse sentido, Genro Filho (2012, p. 197) afirma que:

Não há dúvida que a chamada ‘objetividade jornalística’ esconde uma ideologia, a ideologia burguesa, cuja função é reproduzir e confirmar as relações capitalistas. Essa objetividade implica uma compreensão do mundo como agregado de ‘fatos’ prontos e acabados, cuja existência, portanto, seria anterior a qualquer forma de percepção e autônoma em relação a qualquer ideologia ou concepção de mundo.

O texto jornalístico compreende uma estrutura além da construção linguística. Segundo Benetti (2008, p. 111), “o texto é decorrência de um movimento de forças que lhe é exterior e anterior. [...] É parte visível ou material de um processo altamente complexo que inicia em outro lugar: na sociedade, na cultura, na ideologia, no imaginário”. Maingueneau (2001), no mesmo sentido que Benetti (2008), aponta que os meios de comunicação, com o suporte das inovações tecnológicas, conquistaram destaque na sociedade atual, exercendo a função de formadores de opinião, configurados através dos discursos, constituídos a partir de vários campos semiológicos, especialmente o verbal. O autor ainda acrescenta que a linguagem verbal:

[...] inclui entre as suas características a condição de ‘costurar’ esses vários campos, manifesta-se como base fundamental do discurso veiculado por esses meios. O discurso da comunicação, como outros discursos, tem um indivíduo/sujeito, o sujeito comunicador, que assume a palavra, seu objetivo primeiro é instituir um relato (MAINGUENEAU, 2001, p. 52).

Nos mais diversos formatos de mídia comunicativa, os critérios jornalísticos, no que tange à noticiabilidade, buscam ser seguidos. Outros fatores, todavia, diferenciam as características de cada mídia. O Jornalismo de Revista possui suas particularidades em relação aos outros veículos de comunicação: a especialização, a variedade, a linguagem, o aprofundamento. Para Scalzo (2003, p. 11), as revistas são “um fio invisível que une um grupo de pessoas”, que contribuem para a formação de identidade de um grupo. A autora ainda defende a ideia de as revistas têm função de “[...] ajudar na complementação da educação, no aprofundamento de assuntos, na segmentação, no serviço utilitário que podem oferecer a seus leitores. Revista une e funde entretenimento, educação, serviço e interpretação dos acontecimentos” (SCALZO, 2003, p. 14).

A autora também afirma que as revistas mostram um retrato cultural do período em que foram publicadas, uma vez que “ali estão os hábitos, as modas, os personagens de cada período, os assuntos que mobilizaram grupos de pessoas” (SCALZO, 2003, p. 16). Por se tratar de publicações semanais, quinzenais ou mensais, as revistas acabam se distanciando do tempo real da notícia. Dessa forma, o foco de suas publicações não é o fato em si, mas aprofundar causas, consequências e repercussão como um todo do assunto que envolve o acontecimento, não só de forma informativa, mas também interpretativa e opinativa. O Jornalismo Interpretativo, segundo Medina (1988), está relacionado à investigação sobre os antecedentes do fato, sobre todo o

contexto em que o acontecimento está inserido. O gênero interpretativo está envolto em detalhes, pois busca explicar ao leitor, com base em fontes especializadas, como se deu o pré-fato e o pós-fato.

Já sobre Jornalismo Opinativo, Melo (2003, p. 64) afirma que é um processo que não se restringe à estrutura textual, pois engloba o contexto por trás da notícia:

Não nos referimos especificamente à estrutura do relato do texto ou das imagens e sons que representam e reproduzem a realidade. Tomamos em consideração a articulação que existem do ponto de vista processual entre os acontecimentos (real), sua expressão jornalística (relato) e a apreensão pela coletividade (leitura).

O Jornalismo Opinativo, diferentemente do Informativo, não busca a imparcialidade. Como o nome já diz, a opinião do jornalista/veículo de comunicação é exposta com a intenção de influenciar seus leitores acerca de um fato ou tema. Os gêneros opinativos estão mais presentes na mídia impressa e *online*. Contudo, em todas as áreas jornalísticas há espaço para a opinião.

Dentro dessa categoria, há distinção entre a classificação dos gêneros por Melo (2003) e Beltrão (1980). Para Melo (2003), no Jornalismo Opinativo encontram-se os gêneros editorial, comentário, resenha/crítica, artigo, crônica, caricatura, charge, carta e coluna. A classificação de Beltrão (1980) inclui editorial, artigo e crônica; no entanto, apresenta opinião ilustrada e opinião do leitor e não constam caricatura, carta e coluna.

Segundo a classificação de Melo (2003), um dos gêneros opinativos mais difundidos nas revistas brasileiras é a coluna, que, para o autor, pode ser entendida como “[...] um mosaico, estruturado por unidades curtíssimas de informação e de opinião, caracterizando-se pela agilidade e pela abrangência” (MELO, 2003, p. 140).

O *corpus* desta pesquisa são colunas opinativas, ou seja, revelam o posicionamento dos veículos de comunicação e dos colunistas sobre o caso *Charlie Hebdo*. Ambas foram retiradas dos portais dos periódicos, o que não anula suas características enquanto Jornalismo de Revista, uma vez que se caracteriza apenas como uma mudança de suporte/canal, pois a construção do texto – e, conseqüentemente, do discurso – se dá da mesma forma.

### **3 ANÁLISE DO DISCURSO: CONCEITOS-CHAVE**

A AD é uma teoria de leitura/interpretação surgida na França, na década de 1960, com Michel Pêcheux, a partir da confluência de três áreas: a linguística, a psicanálise (a partir da releitura de Freud feita por Lacan) e o materialismo histórico (por meio de uma leitura

althusseriana de Marx). Para Orlandi (1987, p. 15), “a AD busca investigar os efeitos de sentido, discurso e processo, e a visão estruturalista da língua como sistema é substituída pela interpretação dos efeitos de sentido”.

Para a AD, a linguagem não é transparente, uma vez que o sentido não está contido na palavra. A teoria em questão leva em conta os processos e as condições pelos quais se produz a linguagem, articulando conhecimentos oriundos das áreas da Linguística e Ciências Sociais, uma vez que seu objeto é sócio-histórico: o discurso. Orlandi (2010, p. 15) coloca que a palavra *discurso*, em sua origem,

[...] tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim palavra em movimento, prática da linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando. Na análise de discurso, procura-se compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história.

O discurso, segundo Maingueneau (2001), ultrapassa os limites gramaticais e seu sentido é apreendido a partir do contexto em que está inserido. Um discurso está sempre em diálogo com outros discursos, uma vez que é habitado e atravessado por outras vozes, o que indica seu caráter interdiscursivo.

A AD busca compreender de que forma a linguagem é materializada na ideologia e como a ideologia se apresenta na língua, objetivando entender o processo de construção de efeitos de sentido pelo sujeito, atravessado pela ideologia do seu lugar social e de seu tempo. Para Fiorin (2007, p. 28), a ideologia é entendida como grupo de ideias que “servem para justificar e explicar a ordem social, as condições de vida do homem e as relações que ele mantém com os outros homens”. As palavras adquirem sentido a partir das formações ideológicas e discursivas em que se inscrevem.

Segundo Pêcheux (2009), o conceito de FD está intimamente relacionado ao conceito de Formação Ideológica (FI), pois é a partir da ideologia que se materializa uma FD. De acordo com Orlandi (2010, p. 43), FD é “[...] aquilo que numa formação ideológica dada – ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio-histórica dada – determina o que pode e deve ser dito”. A autora ainda salienta que “[...] aquilo que o sujeito diz se inscreve em uma formação discursiva e não outra para ter sentido e não outro. Por aí podemos perceber que as palavras não têm um sentido nelas mesmas, elas derivam seus sentidos das formações discursivas em que se inscrevem” (ORLANDI, 2010, p. 43).

Dessa forma, ressalta-se que não há sentido sem sujeito. Orlandi (2010, p. 20) coloca que o sujeito da linguagem é “afetado pelo real da língua e também pelo real da história, não tendo o controle sobre o modo como elas o afetam. Isso redundaria em dizer que o sujeito

discursivo funciona pelo inconsciente e pela ideologia”, o que, para a AD, significa dizer que o sujeito é assujeitado, isto é, o sujeito é interpelado pela ideologia que o permeia. Contudo, o sujeito tem a ilusão de ser o produtor de seu discurso, uma vez que não tem consciência de seu assujeitamento. Tal ilusão é chamada de esquecimento nº 1 ou esquecimento ideológico. Há também o esquecimento nº 2, em que o sujeito tem a ilusão de escolher o que diz, bem como de dominar o sentido do que diz, privilegiando alguns dizeres em detrimento de outros.

Concordamos em chamar *esquecimento n. 2* ao ‘esquecimento’ pelo qual todo sujeito-falante ‘seleciona’ no interior da formação discursiva que o domina, isto é, no sistema de enunciados, formas e sequências que nela se encontram em relação de paráfrase – *um enunciado, forma ou sequência, e não um outro, que, no entanto, está no campo daquilo que poderia reformulá-lo na formação discursiva considerada*. Por outro lado, apelamos para a noção de ‘sistema inconsciente’ para caracterizar um outro ‘esquecimento’, o *esquecimento n. 1*, que dá conta do fato de que o sujeito-falante não pode, por definição, se encontrar no exterior da formação discursiva que o domina (PÊCHEUX, 2009, p. 161 – grifos do autor).

Para a AD, a língua é uma quase estrutura, pois pode apresentar diferentes sentidos, dependendo das condições de produção em que estiver inserida a enunciação. As condições de produção não consideram apenas os fatores imediatos, pois as condições sociais e históricas também influenciam na disseminação de discursos. Assim,

as condições de produção, que constituem os discursos, funcionam de acordo com certos fatores. Um deles é o que chamamos de relação de sentidos. Segundo essa noção, não há discurso que não se relacione com outros. Em outras palavras, os sentidos resultam de relações: um discurso aponta para outros que o sustentam, assim como para dizeres futuros. Todo discurso é visto como um estado de um processo discursivo mais amplo, contínuo. Não há, desse modo, começo absoluto nem ponto final para o discurso (ORLANDI, 2010, p. 39).

Sobre o interdiscurso, Pêcheux (2009, p. 149) também salienta que “o próprio de toda formação discursiva é dissimular, na transparência de sentido que nela se forma, a objetividade material contraditória do interdiscurso, que determina essa formação discursiva como tal [...]”.

Orlandi (2010) coloca que, quando em relação ao discurso, a memória discursiva pode ser tratada como interdiscurso. Ou seja, a memória discursiva é “o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra” (ORLANDI, 2010, p. 31). Assim, a memória discursiva não se refere apenas a uma lembrança: é a retomada do que já foi dito, possibilitando o deslizamento de sentidos.

Nas colunas opinativas da *Veja* e da *Carta Maior*, objetos de análise deste trabalho, o deslizamento de sentidos é perceptível, uma vez que os colunistas e os veículos de comunicação

estão inscritos em FDs distintas e, conseqüentemente, abordam o caso *Charlie Hebdo* de acordo com a ideologia que os atravessa.

#### 4 CASO CHARLIE HEBDO NA CARTA MAIOR

A *Carta Maior*, que se autodenomina como “Portal de Esquerda”, possui mais de 40 colonistas. O teólogo Leonardo Boff é um deles e publicou em sua coluna no periódico, no dia 10 de janeiro de 2015, um texto de autoria do jornalista Rafo Saldanha sobre o atentado de Paris, intitulado “*Je ne suis pas Charlie*” (Eu não sou *Charlie*), demonstrando posicionamento contrário às publicações do semanário francês, uma vez que, logo após o ataque, pessoas do mundo inteiro publicaram na internet mensagens com a frase “*Je suis Charlie*” (Eu sou *Charlie*), em homenagem aos cartunistas vítimas do atentado. Ressalta-se que Boff e Saldanha comungam em alguns casos os efeitos de sentido de uma mesma FD, que condiz com a linha editorial da *Carta Maior*, o que explica, de certa forma, o fato de Boff ter publicado um texto que não é de sua autoria em sua coluna.

As três primeiras SDs analisadas foram retiradas da coluna escrita por Rafo Saldanha.

**SD 1:** Não acho que nenhum dos cartunistas ‘mereceu’ levar um tiro. Ninguém merece. A morte é a sentença final, não permite que o sujeito evolua, mude. Em momento nenhum, eu quis que os cartunistas da Charlie Hebdo morressem. Mas eu queria que eles evoluíssem, que mudassem.

Nesta primeira SD, retirada de um dos parágrafos iniciais da coluna, é possível perceber a interpelação do colonista a uma FD cristã conservadora, pois, ao afirmar que a morte é a sentença final, o que impossibilita a evolução e a mudança, implicitamente faz referência ao sexto dos dez mandamentos cristãos, “*não matarás*”, deixando claro que nenhum erro, mesmo o desrespeito às religiões, é passível de morte. É possível também estabelecer a relação existente com o trecho bíblico que afirma que todo o pecado será perdoado aos homens, menos o pecado contra o Espírito Santo, que se refere, segundo a análise católica da Bíblia, ao arrependimento: todo pecador arrependido será perdoado. Nesse sentido, infere-se que a mudança/evolução a que o colonista se refere é o arrependimento dos cartunistas pelas publicações ofensivas, ou seja, eles deveriam continuar vivos para terem a chance de se redimirem e, então, evoluírem.

É possível também perceber a posição de Saldanha enquanto sujeito que não crê em outras vidas (ou encarnações), uma vez que coloca a morte como sendo a sentença final (pelo menos para a matéria, para o corpo). Assim, o colonista revela pertencer a uma FD não só cristã,

mas cristã católica, pois o catolicismo, diferentemente de grande parte das religiões, como budismo, hinduísmo, candomblé e espiritismo, não acredita em reencarnação. Observa-se que o islamismo acredita que Alá (Deus) trará de volta à vida todos os mortos no último dia, para que sejam julgados e, após, uma nova vida seja iniciada. Dessa forma, por mais que o colunista apoie a defesa da imagem do profeta Maomé por respeito, não toma para si os princípios da religião muçulmana.

Ao analisar o termo “*mereceu*”, infere-se que o autor, via esquecimentos, teve a ilusão de escolher a palavra e de ter controle pelo sentido que pode gerar, no caso, uma tentativa de justificar que, por mais que seja contra os atos dos colunistas, não era a favor da morte, ou seja, os esquecimentos nº 1 e nº 2 são identificados. O uso das aspas, segundo Maingueneau (1997, p. 90), revela “[...] sintagmas atribuídos a um outro espaço enunciativo e cuja responsabilidade o locutor não quer assumir”, ou seja, alguém pode afirmar que eles de fato mereceram morrer, mas não é o que defende o discurso da *Carta Maior*, pois seria anti-direitos humanos defender um assassinato. Todavia, Saldanha tenta justificar o uso do termo, em busca de controlar o sentido para que o argumento não se volte contra ele, mas, se não houvesse algum tipo de concordância, mesmo inconsciente, não haveria a necessidade de justificar a escolha do termo *mereceu*.

**SD2:** De volta à Charlie Hebdo: Ontem vi Ziraldo chamando os cartunistas mortos de “heróis”. O Diário do Centro do Mundo (DCM) os chamou de “gigantes do humor politicamente incorreto”. No Twitter, muitos chamaram de “mártires da liberdade de expressão”. Vou colocar na conta do momento, da emoção. As charges polêmicas do Charlie Hebdo são de péssimo gosto, mas isso não está em questão. O fato é que elas são perigosas, criminosas até, por dois motivos. O primeiro é a intolerância. Na religião muçulmana, há um princípio que diz que o profeta Maomé não pode ser retratado, de forma alguma. Mas existe outro problema, ainda mais grave. A maneira como o jornal retratava os muçulmanos era sempre ofensiva.

Nesta segunda SD, Saldanha aciona em seu texto outras vozes (Ziraldo, DCM e usuários do twitter), que apresentam discurso contrário ao posicionamento defendido, o que gerou um efeito contra-argumentativo no texto, pois são oriundas de uma FD diferente da FD que Saldanha atualiza em suas práticas discursivas: enquanto Saldanha se enquadra em uma FD que não concorda com as publicações do *Charlie Hebdo*, as vozes acionadas revelam pertencer a uma FD a favor da total liberdade de imprensa. Saldanha apresenta posicionamento contrário à total liberdade de imprensa e, no que tange à regulamentação da mídia brasileira, é favorável, uma vez que também está inserido em uma FD de apoio à esquerda política, diferentemente do que a *Veja* defende, já que o periódico considera a regulamentação da mídia como forma de censura pelos esquerdistas.

Vale ressaltar, todavia, que o posicionamento político entre as vozes acionadas e Saldanha é o mesmo – todos estão inscritos em uma FD que tende à esquerda política, razão pela qual os dizeres dos personagens foram justificados (para Saldanha, Ziraldo e o DCM fizeram tais afirmações por conta da emoção momentânea gerada pela morte dos cartunistas) em vez de serem condenados pelo autor, fato silenciado pelo colunista. Neste trecho, o uso das aspas ocorre tanto para indicar a voz do outro, quando para eximir a responsabilidade dos personagens (que se posicionam politicamente como Saldanha) de defender um discurso que, no fundo, não é deles perante o colunista, pois, se todos possuem os mesmos princípios ideológicos, todos deveriam condenar as publicações vistas como ofensivas.

O autor justificou as falas como sendo resultado de um momento de emoção, da suavização gerada pela morte dos cartunistas. Tal colocação parte da ideia socialmente aceita de que a morte ameniza ou até justifica os erros cometidos em vida, ou seja, as publicações da *Charlie Hebdo*, para Ziraldo e o DCM, no momento da emoção, não representavam uma ofensa, mas, sim, a luta pela liberdade de imprensa, que foi interrompida pelos muçulmanos responsáveis pelo ataque. Aqui, evoca-se a memória discursiva, que, segundo Pêcheux (1999, p. 52), “seria aquilo que [...] vem restabelecer os ‘implícitos’ (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível”. Ou seja, faz parte do entendimento social coletivo que se deve respeitar a pessoa após sua morte e não lembrar de seus feitos negativos.

Todavia, o colunista não assume para si essa posição, pois, para ele, o assassinato dos cartunistas não abrandou a intenção deles de provocar e ofender a religião islâmica por meio das caricaturas. Saldanha deixa claro que os cartunistas estavam cientes da possível repercussão de seus atos.

O colunista ainda coloca que as charges de *Charlie Hebdo* são de péssimo gosto, mas que isso não está em questão. Contudo, se não estivesse de fato em questão, não seria mencionado por Saldanha; mas, ao mencionar, o autor faz uma tentativa de controlar o sentido construído, pois deixa ‘no ar’ a ideia de que realmente são de péssimo gosto as publicações, esperando que o leitor assumira para si essa opinião.

Vale ressaltar que *Charlie Hebdo*, antes do atentado, possuía uma tiragem semanal de 60 mil cópias, ou seja, é possível inferir que, para o público consumidor da revista, talvez as publicações não fossem de péssimo gosto, pois, se assim considerasse, possivelmente não comprariam a revista.

Saldanha afirma que as charges são perigosas e até mesmo criminosas. Que oferecem perigo, os próprios cartunistas sabiam, já que outras vezes foram surpreendidos por ataques

muçulmanos. Quanto a serem criminosas, o colunista cita a intolerância, pois, segundo os princípios islâmicos, o profeta Maomé não poderia ser retratado de forma alguma. Além disso, Saldanha traz o fato de as publicações serem todas ofensivas para os muçulmanos, o que, para ele, extrapola o limite entre liberdade de imprensa e falta de respeito com o outro.

No desenvolvimento do texto, Saldanha discorre sobre a reação às publicações, como é possível perceber na SD3.

**SD3:** Se as outras religiões não reagiram à ofensa, isso é um problema delas. Ninguém é obrigado a ser ofendido calado. “Mas isso é motivo para matarem os caras!?”. Não. Claro que não. Ninguém em sã consciência apoia os atentados. Os três atiradores representam o que há de pior na humanidade: gente incapaz de dialogar. Mas é fato que o atentado poderia ter sido evitado. Bastava que a justiça francesa tivesse punido a Charlie Hebdo no primeiro excesso. Traçasse uma linha dizendo: “Desse ponto vocês não devem passar”. “Mas isso é censura”, alguém argumentará. E eu direi, sim, é censura. [...] Nem toda censura é ruim.

Novamente, o colunista mobiliza vozes, dessa vez supondo falas contrárias ao seu posicionamento, o que reforça a contra-argumentação presente. Desse modo, o discurso do autor vai desconstruindo o argumento oposto ao dele, favorecendo, assim, seu ponto de vista. Respondendo que não são [as publicações] motivo para matarem os cartunistas, o colunista, mais uma vez, se posiciona enquanto sujeito cristão, que condena o ato de tirar a vida do próximo, independente do motivo. Contudo, ao falar que “ninguém é obrigado a ser ofendido calado”, Saldanha se desloca da FD cristã, uma vez que deixa de reproduzir o trecho bíblico “*ao que te bate numa face, oferece-lhe igualmente a outra; e, ao que tirar a tua capa, não o impeças de tirar-te também a túnica*”, presente em Lucas, capítulo 6, versículo 29. Tal afirmação de Saldanha também revela que, para ele, a vingança era um direito dos muçulmanos, aspecto silenciado pelo colunista, pois também vai contra sua ideologia cristã defender o revide.

Ao simular que alguém questiona “*mas isso é motivo para matarem os caras!?*”, a conjunção adversativa *mas* reforça a ideia exposta por Saldanha de que ninguém é obrigado a ser ofendido calado ao mesmo tempo em que coloca limites para o revide: matar extrapola o limite da vingança.

Nesse viés, ao afirmar que os três atiradores *representam* o que há de pior na humanidade, o autor tenta isentar a culpa do atentado dos muçulmanos e a transmite à justiça francesa, afirmando que o atentado poderia ter sido evitado: deveria ter se estabelecido um limite para o semanário *Charlie Hebdo*. Como não o fizeram, os muçulmanos, “*por representarem o mal da sociedade*”, segundo a coluna de Saldanha, não dialogaram e optaram pelo ataque terrorista. O colunista, todavia, ressalta que a justiça deveria ter *punido* o periódico no primeiro *excesso*, o que

indica, novamente, a crítica às publicações e ao fato de terem extrapolado o limite da liberdade de imprensa.

É perceptível pelo trecho “ninguém em sã consciência apoia os atentados” uma crítica implícita aos integrantes da Al-Qaeda. Apesar de ter evitado, durante todo o texto, culpar os muçulmanos pelas próprias ações, deslizando a causa do atentado para a justiça que falhou, o colunista infere que os muçulmanos que causaram o ataque não estão em sã consciência, pois promover ataques que colocam a vida das pessoas em risco é algo contra todas as leis – tanto as humanas, quanto as cristãs. Saldanha também coloca que nem toda censura é ruim e, por isso, a justiça francesa deveria ter censurado as publicações que tinham o potencial de causar o atentado. Neste sentido, torna-se possível compreender a expressão *censura* não como

[...] um fato circunscrito à consciência daquele que fala, mas um fato discursivo que se produz nos limites das diferentes formações discursivas que estão em relação. [...] A censura estabelece um jogo de relações de força pelo qual ela configura, de forma localizada, o que, do dizível, não deve (não pode) ser dito quando o sujeito fala (ORLANDI, 2007, p. 76).

Nesse sentido, retoma-se o posicionamento de Saldanha à FD cristã católica, uma vez que historicamente a Igreja Católica é conhecida por censuras. Um exemplo é o *Index Librorum Prohibitorum*, desenvolvido durante o Concílio de Trento, que apresenta relação de obras cuja leitura era terminantemente proibida aos fiéis.

## 5 CASO CHARLIE HEBDO NA VEJA

A *Veja* é a revista de maior circulação nacional e apresenta tendência neoliberal e à direita política. Em seu portal *online*, há publicações extras, como colunas opinativas. Um dos colunistas, o jornalista Ricardo Setti, publicou, no dia 7 de janeiro de 2015, um texto sobre o atentado ao periódico *Charlie Hebdo*, sob o título “Ataque covarde e sanguinário contra semanário satírico *Charlie Hebdo* na França é o maior atentado contra a imprensa na Europa desde a II Guerra Mundial – e infelizmente deve reforçar o sentimento anti-islâmico e anti-imigrantes na União Europeia”.

Já pelo título, identifica-se a intenção de Setti com sua publicação: defender a liberdade de imprensa e apresentar dados sobre as manifestações anti-imigrantes na Europa, aspecto não abordado pela coluna apresentada anteriormente, de Rafo Saldanha, na *Carta Maior*.

Setti inicia o texto adjetivando negativamente a reação dos muçulmanos às publicações da *Charlie Hebdo*, como é possível identificar na quarta SD.

**SD 4:** O cruel e covarde ataque de fanáticos assassinos muçulmanos contra o semanário satírico francês *Charlie Hebdo*[...] já é considerado o maior atentado contra a imprensa livre desde a II Guerra Mundial na Europa. Infelizmente, os criminosos partidários da barbárie e absolutamente incapazes de conviver com qualquer tipo de liberdade de expressão [...] — como os autores desse atentado —, só vêm reforçar o crescente sentimento antiislâmico na Europa que, por extensão, se estende e acaba se confundindo com uma forte hostilidade a imigrantes em geral.

Ricardo Setti inicia a coluna caracterizando o ataque contra *Charlie Hebdo* como cruel e covarde, o que já revela seu posicionamento em uma FD a favor da total liberdade de expressão, uma vez que, pelo discurso apresentado por ele, sátiras envolvendo fé não são consideradas ofensivas, pois todos podem manifestar livremente suas opiniões. Considerando covardia como o ato de atacar quem não pode se defender, os cartunistas estavam indefesos para o colunista, mesmo eles já sabendo que os muçulmanos poderiam se vingar pelas publicações, pois este não foi o primeiro caso.

Ao chamar os muçulmanos responsáveis pelo atentado de fanáticos, o colunista deixa transparecer que não concorda com a censura às charges/caricaturas publicadas em provocação à religião islâmica, pois, se os muçulmanos não fossem fanáticos, não haveria problemas em utilizar a imagem do profeta Maomé da forma como foi utilizada. O fanatismo é um excesso de admiração/cuidado e, uma vez que o sentido da palavra não está nela mesma, mas é construído ideologicamente, pelo processo sócio-histórico em que está inserida, é tido como negativo, especialmente no que tange a questões religiosas. Setti, de certa forma, repudia o fato de muitos muçulmanos serem fervorosos em suas crenças e “*serem incapazes de conviver com qualquer tipo de liberdade de expressão*”, o que, segundo o colunista, só reforça o sentimento anti-islâmico. Mas em momento nenhum Setti cita o sentimento anti-islâmico gerado pelas publicações da *Charlie Hebdo*. Sendo a imprensa considerada formadora de opinião, as caricaturas satirizando a crença muçulmana não poderiam ser consideradas disseminadoras do sentimento anti-islâmico? É possível identificar o silenciamento do colunista em relação às consequências sociais das publicações. Para Orlandi (2010), uma palavra apaga outras palavras, uma vez que, para dizer, é preciso não dizer.

Ainda sobre o comentário de Setti de que “*os muçulmanos são incapazes de conviver com qualquer tipo de liberdade de expressão*”, infere-se que há uma generalização por parte do colunista: os muçulmanos não foram incapazes de conviver com *qualquer* tipo liberdade de expressão, ou seja, foram incapazes de conviver com a liberdade de expressão que resultou em ofensa à crença islâmica.

Nesse trecho, percebe-se a alteração de sentido para “liberdade de expressão”: para a FD favorável a ela, a liberdade está no fato de falar o que se quer, da forma como se quer. Já para

a FD religiosa, como visto na análise da coluna da *Carta Maior*, a liberdade passa a ser ofensa quando atinge a crença do outro, desrespeitando-a. Em outras palavras, para a FD com tendência política voltada à esquerda, liberdade de expressão e liberdade de imprensa são dois conceitos distintos. Em contrapartida, para a FD com tendência política voltada à direita, liberdade de expressão e liberdade de imprensa são tomados como equivalentes. Dessa forma, nota-se o efeito metafórico que ocorre no interior de uma FD, em que um termo equivale a outro.

Aqui, faz-se relevante diferenciar liberdade de expressão e liberdade de imprensa: esta garante aquela. A liberdade de imprensa é caracterizada pela não interferência do Estado nas publicações midiáticas, mas, mesmo assim, há uma lei que regulamente as práticas jornalísticas. A da França é a mais antiga lei de liberdade de imprensa em vigor, datada de 29 de julho de 1881. Ela prevê a liberdade de expressão, mas condena o incitamento a cometer crimes, discriminação, ódio ou violência. Sendo que discriminação pode ser entendida como o ato de prejudicar o outro em um contexto social, cultural, político ou econômico, as publicações da *Charlie Hebdo* tinham caráter discriminatório, o que vai contra a lei de liberdade de imprensa francesa. Dessa forma, pode-se dizer que Setti novamente silencia dizeres em seu discurso; neste caso, sobre as leis francesas de liberdade de imprensa.

Na coluna em questão, identifica-se o funcionamento dos esquecimentos nº 1 e nº 2, pois a forma como é construído o discurso revela um sujeito interpelado pela transparência de sentido do que diz, além de deixar evidente que acredita ser apenas essa a forma certa de dizer o que foi dito por ele, como acontece na próxima SD em relação aos movimentos anti-imigrantes.

**SD 5:** É desinformado quem imagina que boa parte dos movimentos desse tipo, como o que vem crescendo na Alemanha, é composto de radicais racistas de direita ou de extrema direita. Não, cada vez mais pessoas de bom nível educacional, que votam em partidos da chamada “direita civilizada” — ou seja, inteiramente conformes aos padrões da democracia —, de centro, de centro-esquerda e mesmo de esquerda estão participando de manifestações contra o que consideram excesso de liberalidade na admissão indiscriminada de estrangeiros em países europeus.

É importante contextualizar, para a compreensão desta SD, que, na Alemanha, desde outubro de 2014, acontecem manifestações contra a imigração islâmica na Europa organizadas pelo grupo *Pegida* — sigla em alemão para *Patriotas Europeus contra a Islamização do Ocidente*. No dia 6 de janeiro de 2015, um dia antes do atentado ao semanário *Charlie Hebdo*, houve a marcha com maior número de participantes, 18 mil, em Dresden. Setti traz este fato em sua publicação e, ao afirmar que as passeatas são contra o “*excesso de liberalidade na admissão indiscriminada de estrangeiros em países europeus*”, revela seu posicionamento favorável às ações anti-imigração à FD dos

contrários à imigração islâmica, ou seja, Setti defende aqui sua posição política à direita, mesma linha partidária da *Veja*, veículo em que publicou sua coluna.

Ao colocar o termo *indiscriminada*, Setti revela o apoio à restrição da imigração apenas para os muçulmanos, uma vez que o governo deveria ou poderia, de alguma forma, discriminar os imigrantes e selecionar apenas aqueles cuja presença não incomode, de alguma forma, o povo europeu, o que não é o caso dos islâmicos.

Para Setti, quem acredita que as manifestações são organizadas pelos adeptos de radicais de direita ou de extrema direita, que defendem uma total hierarquização da sociedade, é desinformado, pois, na visão do colunista, os precursores e seguidores das passeatas contra a imigração são pessoas de bom nível educacional, que, para ele, são aquelas que votam em partidos da chamada ‘direita civilizada’, ou seja, pessoas interpeladas pela mesma FD que Setti, cujas tendências são semelhantes à da *Veja*.

Assim, afirmando que pessoas com bom nível educacional votam em partidos da ‘direita civilizada’, “*aquela em que os princípios da democracia são integralmente seguidos*”, não deixa de tentar atrair mais eleitores para os partidos que apoia. Além disso, Setti aproveita o momento para insinuar ao leitor que a democracia acontece nesses partidos e não nos voltados a outros princípios, como os de centro, centro-esquerda e mesmo de esquerda.

Ao citar “[...] e *mesmo* de esquerda” (grifo nosso), é possível inferir que Setti não está aprovando os partidos da esquerda política, mas, de certa forma, se surpreende pelo fato de os eleitores da esquerda estarem apoiando uma causa defendida pela direita, dando a entender que é incomum eleitores de esquerda agirem como os eleitores “*de bom nível educacional*” da ‘direita civilizada’. Além disso, de certa forma, entende-se que, se até mesmo a esquerda, cujos ideais são voltados à igualdade social, não estão satisfeitos com a imigração muçulmana, é porque ela de fato deve ser restrita e não liberada como é.

**SD 6:** Essa imigração não planejada tem levado a situações inusitadas e complexas — por exemplo, a convivência com os filhos de imigrantes, sobretudo em bairros periféricos, tem levado milhares de jovens alemães a não mais dominarem sua própria língua corretamente. [...] O “choque de civilizações”, tantas vezes anunciado e tantas vezes negado, lamentavelmente está à vista, e suas consequências só podem ser muito, muito ruins.

Neste trecho, Setti dissemina um discurso preconceituoso, tanto no que se refere a classes sociais, quanto a variações linguísticas, que correspondem a modos de falar que fogem às regras da norma padrão de determinada língua.

O colunista afirma que a imigração não planejada, ou seja, não aceita por parte dos europeus, leva a situações inusitadas e complexas, como a convivência de jovens alemães com

filhos de imigrantes em bairros periféricos. Aqui, é perceptível o preconceito social e cultural de Setti, pois não cita, em momento algum, imigrantes com alto poder aquisitivo. O colunista silencia o fato de que nem todos os imigrantes moram em bairros periféricos; além disso, deixa a entender que, se os imigrantes não residissem nesses bairros, não haveria problema no convívio entre eles e os alemães, por exemplo. De acordo com Orlandi (2007, p. 75, *grifos nossos*), isso se dá porque “a política do silêncio se define pelo fato de que, ao dizer algo, apagamos necessariamente outros sentidos *possíveis*, mas *indesejáveis*, em uma situação discursiva dada”.

Outro comentário que revela a visão preconceituosa do colunista, agora em relação à língua alemã, é o comentário de que “*a convivência com os filhos de imigrantes, sobretudo em bairros periféricos, tem levado milhares de jovens alemães a não mais dominarem sua própria língua corretamente*”. Setti vê as variações linguísticas como erros, o que difere da visão dos estudos sociolinguísticos, uma vez que as línguas não são homogêneas e estão em constante transformação. Assim, não se classifica variação como erro, pois, de acordo com Possenti (1996, p. 80), “diferenças linguísticas não são erros, são apenas construções ou formas que divergem de um certo padrão. São erros aquelas construções que não se enquadram em qualquer das variedades de uma língua”.

Setti, dessa forma, se enquadra em uma FD de extrema direita, pois preza pela hierarquização da sociedade, não admitindo como normal a relação entre pessoas de diferentes classes sociais e de diferentes etnias; pelo contrário, para ele, é algo inusitado e complexo. O colunista também afirma que o “*choque de civilizações*” só pode trazer consequências muito ruins, o que reforça a posição contrária de Setti em relação à imigração. Ressalta-se que “*choque de civilizações*” é uma teoria proposta pelo cientista político Samuel P. Huntington, segundo a qual a principal fonte de conflito no mundo, após a Guerra Fria, serão as identidades culturais e religiosas dos povos, ou seja, as divergências serão entre culturas, não entre classes sociais. O autor defende tal argumento justificando que, antes da Guerra Fria, os principais conflitos ocorreram entre nações do Ocidente, o que atualmente tem mudado, uma vez que situações conflituosas têm acontecido entre civilizações ocidentais e não ocidentais, bem como não ocidentais entre si.

## 6 CONSIDERAÇÕES SOBRE A ANÁLISE

Após a análise das SDs escolhidas como *corpus*, retiradas de duas colunas opinativas, dos veículos *Veja* e *Carta Maior*, observa-se que as diferenças ideológicas entre os periódicos foram materializadas nas colunas em forma de discursos, que revelam o enquadramento dos colunistas em FDs distintas: Rafo Saldanha, que publicou na coluna de Leonardo Boff na *Carta Maior*,

atualiza suas práticas discursivas nesta coluna a partir de FDs cristãs católicas, de tendências à esquerda política, contrárias à liberdade de imprensa; já Ricardo Setti, da *Veja*, se enquadra em FDs a favor da total liberdade de imprensa, de tendências à direita política e, em seu texto, não demonstra ligação ao pensamento Cristão.

Nas duas colunas, percebe-se a tentativa por parte dos colunistas de controlar os sentidos gerados, especialmente por meio do uso das aspas (texto de Saldanha) e do silenciamento de dizeres (texto de Setti). Ressalta-se que, por ser Jornalismo Opinativo, em que o colunista não visa à objetividade, mas, sim, colocar seu ponto de vista, Saldanha e Setti acreditavam ser a origem de suas colocações, o que, segundo a AD, não acontece, uma vez que o sujeito é assujeitado e fala de acordo com o inconsciente e com as ideologias que os atravessam.

Além disso, o deslizamento de sentidos dentro das FDs é perceptível, uma vez que, para Saldanha, liberdade de imprensa e liberdade de expressão possuem sentidos distintos, enquanto para Setti os conceitos são equivalentes. Tal alteração de sentidos também revela o posicionamento dos periódicos em relação à regulamentação da mídia brasileira: para a *Carta Maior*, a regulamentação da mídia é uma forma de prevenir problemas futuros, de censurar o que, segundo a FD, *deve* ser censurado. Já para a *Veja*, a busca por essa regulamentação é uma estratégia política, em que os partidos de esquerda pretendem censurar o que lhes convém, assim, o periódico demonstra posicionamento contrário a ela.

O conhecimento de tais informações se faz essencial para a compreensão das colunas, uma vez que é por meio da ideologia que as palavras sustentam seus efeitos de sentido. Dessa forma, observa-se que, para a *Carta Maior*, pelo fato de revelar pertencimento a FDs contrárias à liberdade de imprensa, com posicionamento à esquerda política e voltadas ao pensamento Cristão (no caso da coluna em análise), em que a crença religiosa deve ser respeitada, o periódico *Charlie Hebdo* publicava charges *criminosas*; já para a *Veja*, enquadrada em FDs voltadas à direita política e à total liberdade de imprensa, o periódico francês publicava charges em que apenas faziam uso, *por direito*, de sua liberdade de expressão.

No que tange às causas do atentado contra *Charlie Hebdo*, Saldanha explicita que ninguém precisa ser ofendido calado, transmitindo a ideia de que a vingança por parte dos muçulmanos era prevista e, de certa forma, justa. Já Setti, durante a construção de seu texto, deixa implícito que a verdadeira culpada pelo atentado é a imigração, uma vez que não é bem aceita pelos europeus e que causa situações não desejadas por eles. Tais pensamentos são oriundos das FDs a que pertencem, citadas anteriormente, já que a esquerda política defende a igualdade total e a direita política é a favor da hierarquização da sociedade.

Diante do exposto, conclui-se que não existe neutralidade no discurso. O dito e o não dito carregam significados que revelam a ideologia que há por trás do sujeito de tal discurso, uma vez que é a ideologia que possibilita a construção de sentidos.

## REFERÊNCIAS

- BELTRÃO, Luiz. **Jornalismo Opinitivo**. Porto Alegre: Sulina, 1980.
- BENETTI, Marcia. Análise do discurso em jornalismo: estudo de vozes e sentidos. In: LAGO, Cláudio; BENETTI, Marcia (orgs). **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2008.
- FIORIN, José Luiz. **Linguagem e ideologia**. São Paulo: Ática, 2007.
- GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo**. Florianópolis: Insular, 2012.
- MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação**. São Paulo: Cortez, 2001.
- MARQUES DE MELO, José. **Jornalismo opinativo: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro**. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.
- MEDINA, Cremilda. **Notícia, um produto à venda: Jornalismo na sociedade urbana e industrial**. São Paulo: Summus, 1988.
- ORLANDI, E.P. **A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso**. Campinas: Pontes, 1987.
- \_\_\_\_\_. **As formas do silêncio**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.
- \_\_\_\_\_. **Análise de discurso**. Princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 2010.
- PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas, SP: Unicamp, 2009.
- \_\_\_\_\_. Papel da Memória. In: ACHARD, Pierre [et al.]. **Papel da Memória**. Campinas, São Paulo: Pontes, 1999.
- PENA, Felipe. **Jornalismo literário**. São Paulo: Contexto, 2008.
- POSSENTI, Sírio. **Porque (não) ensinar gramática na escola**. Campinas: Mercado de Letras: 1996.
- SCALZO, Marília. **Jornalismo de revista**. São Paulo: Contexto, 2003.
- TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo: a tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional**. Vol. II. Florianópolis: Insular, 2008.